



**Gladys Batista Picaglie
Antonella Carvalho de Oliveira
(Organizadoras)**

Conhecimento e Saberes da Psicopedagogia Clínica e Institucional

Atena
Editora

Ano 2019

Gladys Batista Picaglie
Antonella Carvalho de Oliveira
(Organizadoras)

Conhecimentos e Saberes da Psicopedagogia Clínica e Institucional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C749 Conhecimentos e saberes da psicopedagogia clínica e institucional [recurso eletrônico] / Organizadora Gladys Batista Picaglie, Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-103-9

DOI 10.22533/at.ed.039190402

1. Psicologia da aprendizagem – Estudo e ensino. 2. Psicologia educacional. 3. Psicopedagogia. I. Picaglie, Gladys Batista. II. Oliveira, Antonella Carvalho.

CDD 370.1523

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Psicopedagogia surge da necessidade de entender os processos de aprendizagem, onde seu foco principal é a Aprendizagem e o Sujeito. O profissional precisa ter um olhar abrangente para vários aspectos sociais: sujeito, família e comunidade escolar. E também aspecto cognitivo, emocional, cultural e orgânico.

O campo de atuação pode ser clínico, institucional, hospitalar e empresarial. O clínico atende crianças e adultos com dificuldades de aprendizagem, utilizando técnicas de intervenção terapêutica de forma integrada com a família e colégio. O trabalho Institucional acontece nas Instituições de Ensino, trabalhando com a prevenção dos problemas de aprendizagem e realizando projetos para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O psicopedagogo está conquistando campo no mercado de trabalho. Podemos perceber nos artigos que compõe o “*e book Conhecimentos e Saberes da Psicopedagogia Clínica e Institucional*” os diversos âmbitos de atuação, descrevendo sua importância para o processo psicossócio educacional.

Uma boa leitura!

Gladys Batista Picaglie

Antonella Carvalho de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO ESCOLAR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS	
Camila Rezende Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0391904021	
CAPÍTULO 2	8
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Elisangela Claudino da Silva	
André Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0391904022	
CAPÍTULO 3	19
AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM, LEITURA E ESCRITA DO ALUNO SURDO	
Elisangela Claudino da Silva	
André Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0391904023	
CAPÍTULO 4	28
MEDIÇÃO ESCOLAR: ABORDAGEM AVALIATIVA DE UM MODELO DE ALCANCE AMPLO	
Elisabete Pinto da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0391904024	
CAPÍTULO 5	39
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE LEITURA E ESCRITA: A PRÁTICA DOCENTE E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	
Miryan Cristina Buzetti	
DOI 10.22533/at.ed.0391904025	
CAPÍTULO 6	46
ANALFABETISMO AFETIVO EM ADOLESCENTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS ORGANIZAÇÕES	
Marisa Cláudia Jacometo Durante	
Kelly Danelli dos Passos	
Marcia Maria Schaab	
Paulo Renato Foletto	
DOI 10.22533/at.ed.0391904026	
CAPÍTULO 7	60
REFLEXÕES ACERCA DOS PRINCÍPIOS DE INCLUSÃO, ÉTICA E CIVILIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A CULTURA ESCOLAR	
Elane Luís Rocha	
Cláudia Bernardes de Almeida Rosa	
Dalva Aparecida Bispo de Oliveira Miro	
DOI 10.22533/at.ed.0391904027	

CAPÍTULO 8 69

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA INTEGRAÇÃO COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Elizabeth Francelino
Nadia Sanzovo
Joaquim José Jacinto Escola

DOI 10.22533/at.ed.0391904028

CAPÍTULO 9 79

A AVALIAÇÃO COMO PRÊMIO: PERSPETIVAS DE ALUNOS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Teresa Paulino dos Santos
Maria Palmira Alves

DOI 10.22533/at.ed.0391904029

CAPÍTULO 10 98

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL A PARTIR DO PROGRAMA MENOR APRENDIZ

Marisa Claudia Jacometo Durante
Eliana Aparecida Gonçalves Simili
Moacir Juliani
Rodrigo Antonio Szablewski

DOI 10.22533/at.ed.03919040210

CAPÍTULO 11 115

EMERGING AS EARLY CHILDHOOD TEACHER: CRITICAL CHALLENGES

Dalila Maria Brito da Cunha Lino
Maria de Fátima Cerqueira Martins Vieira
Maria Cristina Cristo Parente

DOI 10.22533/at.ed.03919040211

CAPÍTULO 12 127

FORMAÇÃO DE EDUCADORES DE INFÂNCIA: PERCEÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE A SUA FORMAÇÃO

Sandra Mónica Figueiredo de Oliveira
Maria Clara de Faria Guedes Vaz Craveiro
Brigite Carvalho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.03919040212

CAPÍTULO 13 136

O QUE FAZEMOS COM O QUE FAZEM CONNOSCO... INTERAÇÕES QUE (NOS) FORMAM E DESENVOLVEM

Teresa Sarmento
Conceição Leal da Costa

DOI 10.22533/at.ed.03919040213

CAPÍTULO 14 151

O CONCEITO DE MEDIAÇÃO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL NA COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Ludynnylla Paiva Botta dos Passos
Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.03919040214

CAPÍTULO 15	157
A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE WEB 2.0 – UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	
Nadia Sanzovo Joaquim José Jacinto Escola	
DOI 10.22533/at.ed.03919040215	
CAPÍTULO 16	173
A UNIVERSIDADE, A EDUCAÇÃO DE ADULTOS E A INCLUSÃO SOCIAL	
Armando Paulo Ferreira Loureiro Antonio Izomar Rodrigues Madeiro João Carlos Pereira Coqueiro Maria José Quaresma Portela Corrêa Manoel Domingos Castro Oliveira Sílvia De Fátima Nunes Da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.03919040216	
CAPÍTULO 17	182
A UTILIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL PELOS PROFESSORES DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS	
Maristela Romagnole de Araujo Jurkevicz Joaquim José Jacinto Escola Regiane Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.03919040217	
CAPÍTULO 18	193
MOTIVAÇÃO E OUTROS FACTORES QUE INFLUENCIAM OS MÉTODOS DE ESTUDO. O CASO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM ANGOLA	
Laurinda Magalhães Carlos Sebastião Máquina Mendes Anabela Maria de Sousa Pereira Agatângelo Joaquim dos Santos Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.03919040218	
CAPÍTULO 19	210
A ARTE DE VER: VAMOS FOTOGRAFAR?	
Elaine Simões Romual Rebeca Maria de Lurdes Dias de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.03919040219	
CAPÍTULO 20	224
O DIRETOR NO NOVO MODELO DE GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA PORTUGUESA E AS (DES) CONTINUIDADES DEMOCRÁTICAS: POLÍTICAS E PRÁTICAS	
Maria Fernanda dos Santos Martins Ana Paula Morais Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.03919040220	
CAPÍTULO 21	238
TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: POLÍTICAS CURRICULARES	
Sandra Faria Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.03919040221	

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO ESCOLAR

Elisangela Claudino da Silva

Secretaria de Estado de Educação do Distrito
Federal

André Ribeiro da Silva

Universidade de Brasília

RESUMO: O trabalho aqui realizado tem como principal objetivo analisar e levar a reflexão sobre a inclusão do aluno surdo no contexto escolar. Para isso a estrutura do mesmo foi voltada para melhor compreensão do tema. Este empreendimento é composto de introdução que fará um breve relato do tema e de sua relevância. Os objetivos foram divididos em objetivos gerais que é refletir sobre a inclusão de alunos surdos no contexto escolar. E dando sequência apresentaram-se os objetivos específicos: identificar as dificuldades da inclusão de alunos surdos no ambiente escolar e determinar as possíveis soluções para as barreiras da inclusão de alunos surdos no contexto educacional. Para que isso fosse possível foi construído um trabalho baseado revisão bibliográfica que ampliou a visão do pesquisador sobre o tema e abre a possibilidade de um estudo mais aprofundando ou futuramente uma pesquisa de campo. Os autores que servirão para dar embasamento este foram: Amaral (2001), Gil (1991), Góes (1991), Malhotra (2001), Mantoan (1997), Mazotta (1982), Novaes (2010), Silvestre

(2007) e Vygotsky (2001). O referencial teórico foi outro ponto fundamental, pois é neste que ocorreu o desenvolvimento deste capítulo. No mesmo foram tratados os seguintes tópicos que estão bem explícitos nos objetivos citados anteriormente sendo estes as dificuldades de inclusão do aluno surdo no ambiente escolar e as possíveis soluções para essa problemática. Os resultados dessa pesquisa foram abordados de forma sucinta e evidentemente embasados nos objetivos propostos. Na conclusão foi um dos tópicos fundamentais, pois foi a apresentado a visão do pesquisador que pode deixar claro que abre espaço para um futuro estudo de campo ou aprofundamento do tema tal como já foi mencionado. As referências foram colocadas neste de maneira a identificar todos os autores que contribuíram para construção desse estudo e com suas colocações levaram o autor a compreensão de um tema tão relevante para toda a comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Surdos, inclusão, contexto educacional.

ABSTRACT: The main objective of this study is to analyze and lead the reflection about the inclusion of the deaf student in the school context. For this the structure of the same was directed to a better understanding of the theme. This venture is composed of an introduction that will give a brief account of the theme and its

relevance. The objectives were divided into general objectives which is to reflect on the inclusion of deaf students in the school context. The specific objectives were: to identify the difficulties of including deaf students in the school environment and to determine the possible solutions to the barriers of inclusion of deaf students in the educational context. For this to be possible a work was built based on a bibliographical review that broadened the researcher's view on the subject and opens the possibility of further study or future field research. The authors that will serve to support this were: Amaral (2001), Gil (1991), Góes (1991), Malhotra (2001), Mantoan (1997), Mazotta (1982), Novaes (2010), Novaes (2010), Silvestre (2007) and Vygotsky (2001). The theoretical reference was another fundamental point, since in this one the development of this chapter occurred. In the same the following topics were dealt with that are very explicit in the mentioned objectives, being these the difficulties of inclusion of the deaf student in the school environment and the possible solutions to this problem. The results of this research were succinctly and evidently based on the proposed objectives. In the conclusion was one of the fundamental topics, because it was presented the vision of the researcher that can make clear that opens the space for a future field study or deepening of the theme as already mentioned. The references were placed in this way in order to identify all the authors who contributed to the construction of this study and with their positions led the author to understand a theme so relevant to the whole community.

KEYWORDS: Deafness, inclusion, educational context.

1 | INTRODUÇÃO

Vivenciamos mudanças profundas no meio social principalmente no campo educacional. As novas metodologias, assim a forma de ver todos os alunos como centro do processo ensino aprendizagem. Desta forma, essas transformações alcançaram os alunos inclusivos que até pouco tempo era deixada a margem da sociedade. Para isso foi necessário cria leis que garantam o acesso de alunos portadores de necessidades no setor educacional. Segundo Silveira e neves:

A reforma de a educação objetiva ter escolas inclusivas, que tenham como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante um ensino não segregador, ou seja, para todos os alunos, independente de suas necessidades especiais. (SILVEIRA, NEVES, 2006).

A educação de alunos com necessidades especiais tem alcançado um patamar jamais visto na atualidade e nos últimos anos a buscar por um trabalho pautado na igualdade de direitos vem sendo conquistado cada vez mais com a luta incansável de educadores que conhecem o potencial dos educandos que sejam portadores de necessidades especiais. Esse tema nos direciona a estudar esse com um olhar mais analítico principalmente no qual diz respeito à inclusão dos alunos surdos no contexto

educacional e as dificuldades para que isso aconteça de forma plena.

Uma das problemáticas é a falta de recursos e um ambiente escolar adequado para receber esses alunos é um desses obstáculos que se apresentam. Não podemos deixar de mencionar a questão da resistência de alguns educadores de aceitar a inclusão desses alunos o que leva a uma reflexão direta da formação do educador que não estão preparados para atender essa clientela. Segundo Silveira e Neves:

A concepção que o professor tem de mundo de homem tem relação com a sua concepção sobre o processo de alfabetização, assim como a leitura que faz do desenvolvimento da criança tem relação com a qualidade de sua intervenção. (SILVEIRA E NEVES, 2006).

A escola deve ser um ambiente no qual todos os alunos tenham um acolhimento por igual. Esse direito é garantido em lei tal como a “Declaração de Salamanca” de 1994. Essa rege que a escola deve estar preparada para atender essa clientela e para isso a mesma deve estar adaptada tanto no campo físico como no humano tal como é defendido por Mantoan (1997). E como já foi mencionado o que se propõem é uma análise dos problemas que dificultam a inclusão de alunos surdos no meio educacional.

2 | OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Apresentar as tendências atuais sobre a inclusão de alunos surdos no contexto escolar

Objetivo específico

- Observar a trajetória histórica do aluno surdo na história.
- Indicar as dificuldades da inclusão de alunos surdos no ambiente escolar
- Sugerir as possíveis soluções para as barreiras da inclusão de alunos surdos no contexto educacional

3 | METODOLOGIA

Este capítulo foi desenvolvido baseado em uma revisão bibliográfica que deu sustentação para melhor compreensão do tema e dessa forma evitar afirmações sem fundamento e tendenciosas tal como é defendido por Malhotra (2001). Sendo esse um recurso válido para compreensão e análise de temas através de publicações já realizadas sejam elas de fontes confiáveis, conforme Gil (1991). É para melhor compreensão o desenvolvimento desse capítulo foi fragmentado em tópicos para

melhor entendimento do leitor. Este estudo constitui uma revisão bibliográfica de caráter analítico a respeito da inclusão dos alunos no contexto escolar com o levantamento obras renomadas na área tais como artigos e obras literárias que possam dar embasamento para a construção deste. Foram utilizadas obras que abordam o tema e podem dessa forma embasar o trabalho apresentado, tal como livros que detalham esse tema para fundamentação da dissertação desse empreendimento.

Nesse sentido a revisão integrativa que é um método que proporciona a síntese de conhecimento revela que os estudos aqui levantados e concluídos podem ser aplicados de forma prática mediante a reflexão do tema. Desta forma foram utilizadas referencias para dar embasamento para o trabalho desenvolvido e desta forma lhe atribuir a veracidade sendo os autores: Amaral (2001), Gil (1991), Góes (1991), Malhotra (2001), Mantoan (1997), Mazotta (1982), Novaes (2010), Novaes (2010), Silvestre (2007) e Vygotsky (2001).

4 | REFERENCIAL TEORICO

A sociedade na atualidade sofreu transformações profundas em todos os campos. Essas mudanças incidiram profundamente no meio educacional. A forma de ver e de realizar a prática educativa teve que acompanhar essa tendência, principalmente no que diz respeito à educação inclusiva.

4.1 Compreendendo a trajetória dos surdos na história

A inclusão desses alunos no meio educacional com objetivo de tornar a educação acessível e igualitária a todos deve levar em consideração, de que para isso seja colocado em ação em toda sua plenitude deve em primeiro lugar repensar se a escola esta adequada para receber esses alunos, se pais e todo o corpo docente têm condições e qualificação para desenvolver um trabalho de qualidade com esses alunos. Não se trata apenas de inseri-los na sala de aula e não ter condições de desenvolver um trabalho de qualidade.

Na idade antiga o aluno surdo assim, como outros com certas deficiências eram colocados à margem da sociedade eram vistos como castigados pelos deuses e muitos eram sacrificados. Na idade média essas ações foram condenadas, mas não foi retirado sobre os ombros dessas crianças o Karma de ser um instrumento para castigar quem houvesse cometido pecados, ou o mesmo ter cometido e por isso estarem pagando por eles. E o destino desses era penoso ou a exclusão total no qual muitos pais escondiam essas crianças a vida toda ou sacrificava as mesmas no intuito de que a sociedade não descobrisse que tinham tido filhos deficiente devido os seus pecados. Como afirma Mazzota:

O indivíduo deficiente é aquele que se desvia em grau aleatório da norma padrão em uma determinada variável, de maneira a necessitar de recursos especiais para desenvolver a sua capacidade máxima (Mazzotta, 1982, p.12).

Aquele que não correspondia dos padrões físicos determinados pela sociedade era tratado com discriminação. Mesmo que a deficiência fosse meramente física qualquer coisa que não correspondesse ao padrão era fator determinante para traçar o destino dessas crianças.

No renascimento é que as ciências entraram em cena e passou a determinar as patologias e a concepção de anormalidades. E desta forma a medicina deu um novo patamar as deficiências. Os portadores de deficiências tanto físicas quanto mentais eram rejeitados pela sociedade no passado, nesta época os mesmos eram internados em clínicas, orfanatos, manicômios e outras instituições que lidavam com estes casos. De certa forma ainda era uma forma dos parentes se livrarem do constrangimento de terem em seus lares essas crianças. Estas instituições recebiam pessoas com vários tipos de patologias, sendo algumas destas deficientes e outras doentes, conforme Amaral (2001). E como conclusão essas instituições recebiam todos esses pacientes e muitas vezes não havia uma separação e nem preparo profissional para o tratamento ofertado a eles. Esta fase da sociedade ficou conhecida como a exclusão social dos portadores de necessidades especiais, graças ao tratamento que as pessoas que apresentavam alguma diferença do padrão da sociedade, tanto no desenvolvimento quanto em seu comportamento, eram excluído completamente do meio social.

4.2 As dificuldades de inclusão do aluno no ambiente escolar

Os surdos mesmo dentro desse processo de exclusão têm como principal barreira a questão da falta de comunicação e era o que o condenava a essa vida de exclusão. A atividade psíquica humana é regulada pela linguagem, pois é através da mesma que são formuladas as estruturas de nossos processos cognitivos. Deste modo, a mesma é assumida como distintiva do sujeito, pois possibilita interações que levam a construção do conhecimento segundo Vygotsky (2001). A fundamentação de uma pessoa começa quando o mesmo entra em contato com a linguagem, porém para as pessoas com deficiência auditiva este contato não ocorre, o que pode acarretar em consequências sociais cognitivas e até mesmo emocionais. Desta maneira, os surdos sofrem dificuldades para adentrar no meio social e entrar em contato com o grupo a qual estão inseridos, afirma Góes (1996).

É evidente que pela dificuldade de comunicação os alunos surdos tem muita dificuldade para serem incluídos no processo educacional. Nesse contexto entra a relevância do processo bilíngue e que devem ser aprendidas pelos educadores sem que os educadores aprendam a língua de sinais e inimaginável o processo aprendizagem.

É através da língua que o aluno vai aprender e compreender o meio social que o rodeia.

Escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa.» (NOVAES, 2010 p.73)

É uma necessidade que as escolas deem a devida importância ao bilinguismo durante todas as fases do processo ensino aprendizagem. E sendo assim o papel desempenhado por tradutores e intérpretes nas unidades escolares devem ser valorizadas. Sem esses profissionais a aprendizagem por parte de alunos surdos não ocorre. Conforme Silvestre:

A língua escrita representa um dos principais meios para a eliminação de barreiras no acesso à comunicação, informação e formação acadêmica. Portanto, a oferta da educação bilíngüe aos estudantes surdos deve promover suas competências linguísticas e comunicativas e superar os limites decorrentes de modelos restritivos presentes no processo de escolarização destes estudantes que impedem a apropriação do conhecimento da língua em virtude da condição de deficiência e da baixa expectativa social em relação a estes sujeitos (SILVESTRE p.48,2007).

As diferenças físicas ou mentais não podem ser utilizadas para excluir os educandos do meio educacional. Ao contrário deve servir para enriquecer o processo de aprendizagem. E a comunicação é um desses fatores.

4.3 As possibilidades de tornar plena a inclusão dos alunos surdos no contexto educacional

Um dos objetivos deste capítulo é apontar possíveis soluções para as barreiras detectadas no processo de inclusão de alunos no meio educacional. Uma das possíveis soluções é a valorização das unidades escolares como um ambiente para acolher todas as diversidades. O espaço escolar não pode elitizar sua clientela nem determinar quem pode ou não frequentá-la. A escola tem a missão de valorizar a diversidade e combater a exclusão. Esse processo deve abranger a própria prática educacional. Desta forma, essas transformações devem ocorrer na concepção, definição e implementação de políticas públicas. É necessárias políticas que possam dar acesso e participação dos alunos surdos no processo ensino aprendizagem das escolas regulares. Assim como é garantido na constituição de 1988, e preconizado pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), outorgada pela ONU em 2006:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Outro ponto para derrubar as barreiras para a inclusão dos alunos surdos é conceber a educação especial na perspectiva inclusiva. Mesmo com todos os avanços ainda existe um grande número de alunos portadores de deficiência fora da escola. Cabe ao Estado garantir o acesso ao processo Ensino Aprendizagem de nível superior e tecnológico. Romper com o paradigma que educação especial e educação inclusiva devem ser desenvolvidas separadamente. As duas são parte integrante do processo de aprendizagem. Tal como é estar na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008):

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

E nesse sentido para que o direito seja realizado é evidente que esteja em pauta à formação continuada tem se revelado altamente, mobilizadora e essencial para o desenvolvimento inclusivo da escola. Discorrer sobre atualização sem falar de capacitação é algo indissociável. Conforme as informações do MEC:

Realização de cursos de formação de professores e distribuição de material instrucional aos sistemas de ensino visando à capacitação de instrutores surdos, professores surdos e ouvintes, bem como professores intérpretes para a melhoria da educação de aproximadamente 50.000 alunos portadores de deficiência auditiva matriculados na educação básica (MEC, 2005).

A capacitação do professor deve ter uma atenção especial. Sem essa atualização o mesmo não consegue acompanhar a evolução do processo educacional. E ofertar essa capacitação faz com que a valorização do processo educacional. O MEC – Educação Especial no Brasil (1993) diz:

O professor deve ser capaz de conceber-se como agente de mudanças do contexto social, já que seu papel extrapola o mero repasse de conhecimentos, sendo, sobretudo, o de formados de cidadãos [...] sua atuação está comprometida com as condições da escola e com a qualidade de sua formação acadêmica. É ele, o professor, a autoridade responsável pelo processo de ensino aprendizagem se seus alunos.

Se essa questão da capacitação for colocada em evidência à qualidade de formação do cidadão será contemplada. Não se trata aqui apenas de ensinar por colocar esses alunos na sala de aula, mas de dar um amparo de qualidade para o pleno desenvolvimento do aluno.

Outro ponto importante é a promoção da acessibilidade. Não se podem fixar as

deficiências como se ela fosse uma questão de invalidez. O aluno deve ganhar nesse processo a autonomia necessária para realizar toda e qualquer função. De forma que os alunos sejam inseridos no meio educacional, mas também social. A garantia de igualdade deve partir não somente na escola, mas de toda comunidade. O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil assevera que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

As organizações do ambiente assim como acessibilidade devem ser garantidas. Muitos estudos relatam que o ambiente tem muito peso no processo ensino aprendizagem. O direito de ir e vim devem ser assegurados com autonomia e segurança. Um ambiente propício facilita o processo e quando o mesmo é adequado à aprendizagem é facilitada. Assim como a própria acessibilidade a língua, ou seja, estamos falando da acessibilidade à comunicação e informação que deve contemplar a comunicação oral, escrita e sinalizada. E nesse sentido entra a questão da adequação do ambiente.

O Projeto Político Pedagógico que é o plano de trabalho da unidade escolar deve contemplar o planejamento e a execução orçamentaria e desta forma a unidade consegue determinar em que e como vai gastar seus recursos e a acessibilidade deve ser garantida.

Os recursos devem ser voltados para facilitar a vida dos surdos (ou de qualquer educando portador de necessidades especiais no meio educacional) e dos usuários de Libras, cabe prever meios para tradução e interpretação de Libras/língua portuguesa, que deve ser com a utilização por de recursos tecnológicos ou por meio do serviço de profissionais tradutores/intérpretes de Libras. A efetivação do direito à acessibilidade decorre do direito à autonomia e independência no processo de escolarização.

O grande desafio é derrubar todas essas barreiras e romper com os paradigmas o que não é fácil, pois abrange desde a homogeneização das práticas pedagógicas, estruturas das unidades escolares até a forma de comunicação. É preciso que haja medidas eficazes e com consolidação de políticas institucionais de acessibilidade, de respeito e de igualdade para que o novo paradigma se torne realidade na vida das pessoas.

5 | RESULTADO E DISCURSÃO

5.1 Observar a trajetória histórica do aluno surdo na história.

É evidente que o tema abordado não é uma novidade no meio educacional. Mas nem por isso o mesmo deixa de ser relevante o estudo deste para compreensão do

mesmo. É fundamental compreender a realidade dentro das escolas e dentro das salas de aula. Existem vários problemas que dificultam o processo de inclusão do aluno no contexto escolar. Tal como a rejeição por parte da própria unidade escolar. A falta de capacitação dos professores o ambiente não adequado dificulta em muito o processo ensino aprendizagem do aluno surdo. E existe muito a ser feito nesse sentido, pois a qualidade dos serviços ofertados.

Para se assimilar o tema um dos resultados esperados é compreender a trajetória do surdo na história o que foi de maneira simplificada muito bem explanada e alcançou esse objetivo.

5.2 Dificuldades da inclusão de alunos surdos no ambiente escolar

Outro objetivo proposto é identificar os problemas que dificultam o acesso de alunos surdos no contexto escolar que são inúmeros e os mais variados possíveis entre eles a falta de capacitação e o ambiente escolar não adequado ao bilinguismo etc. O que foi alcançado em sua plenitude, pois esclareceu as dificuldades que tolhe o acesso dessa parcela de alunos ao ambiente educacional. A identificação desses é fundamental para determinar como devem ser solucionados. As políticas públicas devem ser aplicadas e cobradas por toda a sociedade para garantir os direitos de alunos portadores de necessidades especiais, tal como os surdos.

5.3 Possíveis soluções para as barreiras da inclusão de alunos surdos no contexto educacional

O último objetivo que é sugerir possíveis soluções para tornar plenas as possibilidades de inclusão dos alunos surdos no contexto educacional foram possíveis com estudos aprofundados com experiências e sugestões de autores que apontam soluções para essa problemática que abrange da capacitação a uma nova concepção de inclusão. Os objetivos foram alcançados e levou a ampliar os conhecimentos em relação ao tema. O mesmo abre portas para um aprofundamento maior e possibilitando estudo de caso e pesquisa de campo demonstrando a grandiosidade do tema abordado.

6 | CONCLUSÃO

Compreender o tema abordado e compreender o que move o processo ensino aprendizagem de alunos surdos. A inserção desses no campo educacional faz com que cada fator seja analisado para combater as barreiras que impedem a inclusão do aluno surdo no meio educacional e por que não afirma social.

É preciso que tanto alunos como professores estejam envolvido no processo educativo para que os educadores possam interagir de maneira clara com seus alunos é de suma importância o aprendizado da língua de sinais. Desta maneira um aluno com

problemas auditivos terá uma educação mais efetiva, pois conteúdos serão ministrados em sua língua de domínio (materna), e o mesmo terá educadores e companheiros que possam se comunicar através da língua de sinais, levando a um desenvolvimento mais rápido.

A intenção é gerar espaços educacionais onde existam diferenças e que as características fundamentais de ambos os lados não sejam prejudicadas. Além dos estudos acadêmicos, a escola é um local para a prática de artes, esportes e lazer, onde crianças com diferentes necessidades podem interagir umas com as outras se as atividades forem preparadas com a mesma intenção. O desafio não é inserir uma criança com deficiência auditiva em atividades feitas para outras crianças, mas sim criar atividades que possam ser significativas e que integrem crianças ouvintes e surdas.

Este estudo desta maneira procura refletir em problemas gerados durante a inclusão de alunos, principalmente os surdos, exibindo a necessidade de mudar o modelo e escola atual que deve se adequar ao aluno surdo, ao invés de tentar inserir o mesmo em um modelo já existente, respeitando os alunos e criando espaços com desenvolvimento e convivência mútua.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ligia Assumpção. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal.

_____. Ministério da Educação. **Inclusão – Revista da Educação Especial**. Vol. 4, nº. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação MEC. Disponível em < www.mec.gov.br>. Acesso em 20 de Julho de 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial no Brasil**, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.

GÓES, M.C.R. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MAZOTTA, Maria Teresa. **Repensando o Fracasso Escolar**. *Cadernos CEDES* v. 28, p. 75-87. Campinas: Papirus, 1982.

NOVAES, E. C. **Surdos: educação, direito e cidadania**. Rio de Janeiro: Wak, 2010

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marissa Maria Brito da Justa. **Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores. Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Universidade de Brasília, Jan-Abr, 2006, Vol 22, n. 1. Disponível em: < [http:// www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) >. Acesso em 29 de setembro de 2018.

SILVESTRE, N. **Educação de Surdos**. Summus Editorial, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-103-9

